



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NOTURNO**

Maria Aparecida da Silva Corrêa

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO *CAMPUS* SEDE DA UFSM:
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Santa Maria, RS
2023

Maria Aparecida da Silva Corrêa

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO *CAMPUS* SEDE DA UFSM:
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciada em Educação Especial.

Orientadora: Profa. Dra. Guacira de Azambuja

Santa Maria
2023

Maria Aparecida da Silva Corrêa

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO *CAMPUS* SEDE DA UFSM:
UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciada em Educação Especial.

Aprovado em 23 de janeiro de 2023.

**Guacira de Azambuja, Profa. Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Josefa Lídia Costa Pereira, Profa. Dra. (UFSM)

Elisane Maria Rampelotto, Profa. Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer aos coadjuvantes dessa trajetória acadêmica é um momento indiscutivelmente importante, uma vez que para concluir esse ciclo, cada um com sua particularidade colaborou positivamente.

Meus pais **Nilza e Serzedelo** (*in memoriam*) gratidão à vida.

Gratidão às protagonistas da minha vida, minhas filhas **Priscila e Mirella**, pelas quais, com intento de ser referência, não poderia desistir desse objetivo acadêmico.

Meus irmãos **Hélvio, Celso, Carlos, Sergio, Carmen e Lucia** que sempre incentivaram com palavras e atos de apoio nessa jornada acadêmica.

Aos colaboradores de plantão **Alberi, Neila, Felipe e Fábio** que colaboraram com valiosas dicas e auxílios tecnológicos.

Ao amigo **Joca** que incansavelmente esteve escutando meus relatos, alguns de lamentações e outros de superações.

A todos os amigos que deixei de compartilhar momentos importantes por estar ocupada fazendo tarefas acadêmicas.

À professora, orientadora e amiga **Guacira de Azambuja**, que desde o primeiro dia de aula demonstrou suas qualidades que me cativaram: profissional competente, compreensiva e dona de um caloroso abraço.

À professora e coordenadora do curso **Glaucimara Pires** que trabalha incansavelmente para que os discentes concluam o seu percurso acadêmico.

À instituição pública **UFSM** que proporcionou, além do conhecimento, conquistar novas amizades que levarei pra vida toda.

Por último e não menos importante, gratidão ao **Inácio**, o pequeno grande homem de apenas 3 anos, que é meu “energético”, sempre transmitindo positividade, na forma de um beijo, abraço ou palavras como: “Eu te amo, tia Ma”.

Meu muito obrigada!

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela
é um dever por mais que se reconheça a força
dos condicionamentos a enfrentar.

(FREIRE, 2011, p. 59)

RESUMO

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NO CAMPUS SEDE DA UFSM: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

AUTOR: Maria Aparecida da Silva Corrêa
ORIENTADOR: Profa. Dra. Guacira de Azambuja

O presente estudo possui como temática central a acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Como objetivo geral visou conhecer o que revelam os trabalhos acadêmicos realizados no período de 2010 a 2020 com relação à acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM e como objetivos específicos realizar levantamento de trabalhos acadêmicos existentes (dissertações e teses) no acervo virtual da UFSM, que falam sobre os trabalhos encontrados sobre acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM; selecionar os trabalhos acadêmicos convergentes e apontar o que cada um apresenta acerca da acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM. O tema foi abordado por meio do método bibliográfico, a partir da seleção de pesquisas na biblioteca eletrônica Manancial – Repositório digital da UFSM. Pode-se constatar que cada pesquisa (D1, D2, D3, D4 e D5) apresentou abordagens diferentes acerca do tema acessibilidade arquitetônica. Tais abordagens referiram-se a aspectos jurídico/administrativos; aspectos de gestão de pessoas; aspectos da escolaridade em ambiente hospitalar; aspectos que envolvem estruturas organizacionais que viabilizam a autonomia discente e aspectos do cotidiano laboral de servidores com deficiência. Conclui-se que os trabalhos enfatizaram a necessidade da instituição de ensino promover melhorias no aspecto arquitetônico para fomentar ingresso, desenvolvimento e permanência dos seus usuários com deficiência proporcionando a estes a autonomia necessária para executar suas atividades.

Palavras-chave: Deficiência. Acessibilidade Arquitetônica. Universidade Federal de Santa Maria.

ABSTRACT

ARCHITECTURAL ACCESSIBILITY AT THE UFSM HEADQUARTERS CAMPUS:

A BIBLIOGRAPHIC STUDY

AUTHOR: Maria Aparecida da Silva Corrêa

ADVISOR: Prof. Dr. Guacira de Azambuja

The present study has as its central theme the architectural accessibility in the Headquarters Campus of the Federal University of Santa Maria (UFSM). As a general objective, it aimed to know what the academic works carried out in the period from 2010 to 2020 reveal in relation to architectural accessibility on the Campus Headquarters of UFSM and as specific objectives, to carry out a survey of existing academic works (dissertations and theses) in the virtual collection of UFSM, which talk about the works found on architectural accessibility at the Campus Sede of UFSM; select the converging academic works and point out what each one presents about architectural accessibility on the UFSM Headquarters Campus. The subject was approached through the bibliographic method, from the selection of researches in the electronic library Manancial – Digital Repository of UFSM. It can be seen that each research (D1, D2, D3, D4 and D5) presented different approaches on the theme of architectural accessibility. Such approaches referred to legal/administrative aspects; people management aspects; aspects of schooling in a hospital environment; aspects that involve organizational structures that enable student autonomy and aspects of the daily work of employees with disabilities. It is concluded that the works emphasized the need for the educational institution to promote improvements in the architectural aspect to encourage the entry, development and permanence of its users with disabilities, providing them with the necessary autonomy to carry out their activities.

Keywords: Deficiency. Architectural Accessibility. Federal University of Santa Maria.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Relação total dos trabalhos acadêmicos selecionados (1º Resultado).....	20
TABELA 2 - Teses e Dissertações que não atenderam aos critérios de inclusão na pesquisa.	21
TABELA 3 - Identificação das Dissertações que atenderam ao critério de inclusão na pesquisa	21

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fluxograma de busca e seleção das Dissertações e Teses que integram a pesquisa	19
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 DEFICIÊNCIA.....	12
2.2 ACESSIBILIDADE	14
2.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	16
3. MÉTODO	18
3.1 A COLETA DE DADOS	18
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	23
4.1 DISSERTAÇÃO D1	23
4.2 DISSERTAÇÃO D2	24
4.3 DISSERTAÇÃO D3	24
4.4 DISSERTAÇÃO D4	26
4.5 DISSERTAÇÃO D5	27
4.6 SÍNTESE DA ANÁLISE	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco o tema Acessibilidade Arquitetônica no *Campus* Sede da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

As pessoas com deficiência têm direito a viver com autonomia e independência em qualquer ambiente, garantindo uma vida digna, justa e cabe ao Estado garantir esse bem estar, pois a constituição prevê a igualdade entre todos. As pessoas com deficiência que necessitam de terceiros para alcançar seus objetivos não vivem a plenitude assegurada na Lei nº 10.098/00, também conhecida como Lei da Acessibilidade, a qual estabelece regras e parâmetros para efetivação da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, logo, não há exercício de inclusão social sem acessibilidade. É importante salientar que um ambiente preparado para as diferenças não exclui, quando explorado e elaborado com as opções de acessibilidade necessárias.

A UFSM, como instituição pública, oferece vários serviços à comunidade, não somente na área da educação, logo, contém um vasto número de usuários que necessitam dos mais variados tipos de acessibilidade. Tendo em vista essa realidade, tornou-se pertinente a realização deste estudo para responder à seguinte problemática: o que revelam os trabalhos acadêmicos realizados no período de 2010 a 2020 com relação à acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da Universidade Federal de Santa Maria?

A pesquisa se justifica por três razões:

- Em caráter pessoal, dado que a pesquisadora possui mobilidade reduzida¹ e, além de compactuar com os preceitos sociais, a importância do tema é necessária de ser trazida a tona para estimular a realizações de pesquisas e melhorias quanto a acessibilidade no *Campus* Sede da UFSM;

- O tempo de mais de vinte anos da criação da lei que promove acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/00), precursora na seara jurídica garantidora desses direitos;

- Uma vez que a UFSM oferta os cursos de Engenharia, Arquitetura, Educação Especial entre outros, por conseguinte seria um facilitador no que refere à efetivação da acessibilidade no *campus* da instituição, onde é o local do estudo aqui apresentado.

Como bem lembra Chauí (2003), a universidade precisa exercer um papel de democratizar junto à sociedade e posicionar contra exclusão.

¹ Quando aos onze anos de idade a pesquisadora sofreu um atropelamento que ocasionou uma deficiência física no membro inferior direito.

As pessoas que não possuem deficiência, muitas vezes, não percebem as inúmeras situações discriminatórias sofridas em ambientes inadequados ou negligentes, que as pessoas com deficiência sofrem.

O objetivo geral do estudo visa conhecer o que revelam os trabalhos acadêmicos realizados no período de 2010 a 2020 com relação à acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM. Como objetivos específicos propôs-se verificar na biblioteca de teses e dissertações da UFSM os trabalhos que abordam a temática acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM, selecionar os mais pertinentes e identificar o que apontam estes trabalhos.

Optou-se pela abordagem qualitativa, de caráter exploratório. O método utilizado foi o bibliográfico com o intuito de apresentar uma visão geral sobre acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DEFICIÊNCIA

É sabido que independente do lugar que estejamos, jamais encontraremos alguém igual a nós, uma vez que, cada indivíduo possui suas especificidades e todo ser humano é singular, logo, precisamos eliminar qualquer forma de preconceito independente de condição social, sexo, grau de cultura, raça, etc. De acordo com a Lei 13.146 de julho de 2015, art. 2, que considera:

Pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS (2022), “existem no mundo 1 bilhão de pessoas com alguma deficiência, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial.”

Conforme descrito por Madruga (2021), a história aponta três diferentes modelos de tratamento dado às pessoas com deficiência: o modelo da negação, o modelo médico/reabilitador e o modelo social.

O modelo da negação dava justificativa religiosa às causas de deficiência. A punição divina pelos pecados cometidos gerava pessoas consideradas inválidas e indignas de viver. O “normal” era o “perfeito”, uma visão eugenista e que marginalizava aqueles com alguma deficiência. Documentos datados da Roma Antiga davam direito aos pais de matar aquele filho nascido “monstruoso”.

A Primeira Guerra Mundial gerou uma “produção em massa” de pessoas com algum tipo de deficiência, seja ela física, sensorial ou psíquica. Foi então introduzido um novo modelo, o modelo médico/reabilitador, as pessoas passam a serem vistas como “portadoras” daquilo que as limita (a deficiência) e incapaz de enfrentar a vida em sociedade. Há a necessidade incansável de curá-las e reabilitá-las tornando-as “capacitadas” novamente a viverem e contribuírem socialmente. Porém a deficiência era tratada como algo a ser escondido até que o indivíduo pudesse reabilitar-se e novamente estar “igual aos normais”.

Nos anos de 1960 no Reino Unido, surge o modelo Social, onde a limitação não é vista como individual e sim da sociedade que não se capacitou para proporcionar equidade à pessoa com deficiência. A responsabilidade da incapacidade e limitações do indivíduo são de responsabilidade da sociedade que não se ajusta a sua própria diversidade (MADRUGA,

2021). A deficiência passa a ser uma questão de direitos humanos e a inclusão destes indivíduos se torna um direito e uma obrigação. As políticas públicas e a arquitetura são ferramentas eficientes de inclusão. O ambiente deve adaptar-se para receber a pessoa com deficiência a fim de tornar igualitárias as oportunidades. Sendo, então, a acessibilidade arquitetônica um dos meios utilizados para buscar a inclusão, permitindo usufruir de todos os ambientes sociais, acadêmicos e de trabalho sem sentir-se prejudicado em relação aos demais.

No ano de 2000, foi promulgada no Brasil duas legislações que afetavam a população com deficiência no país. A Lei nº 10.048/00 regulamentava o atendimento prioritário às pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos.

E a Lei nº 10.098/00 que é conhecida como a primeira legislação sobre acessibilidade no Brasil, onde se estabeleciam as normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade reduzindo as barreiras sociais impostas às pessoas com algum tipo de deficiência. Em 2004, buscando regulamentar e unificar as leis anteriores surge a Lei nº 5.296/04.

De acordo com o art. 5º, § 1º, I, do Decreto nº 5.296/04, as deficiências são classificadas em cinco categorias:

- a. **deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
- b. **deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
- c. **deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
- d. **deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho;
- e. **deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências [...]

Na vida experimentamos alguns tipos de perdas, entre elas a funcional do nosso corpo, resultando em possíveis limitações, do qual consistem não somente no grau da deficiência, mas num conjunto de fatores como condições sociais, locomoção, acesso ao serviço de saúde,

acessibilidade arquitetônica, por exemplo, por conseguinte, para minorar essas limitações é necessário que as condições dos espaços sejam para cadeirantes, cegos, surdos, anões, para todas as pessoas com ou sem deficiência, um local democrático, com diversidade e livre de obstáculos que limitem os direitos do cidadão de ir e vir.

2.2 ACESSIBILIDADE

Para falarmos sobre acessibilidade, previamente se faz necessário citarmos a diferença entre acesso e acessibilidade:

Acesso parece significar o processo para atingir algo. O termo acesso significa a necessidade de luta para alcançar um objetivo. Parece estar também relacionado à questão da atitude em relação à exclusão. Já o termo acessibilidade parece refletir algo mais concreto, palpável. O conceito de acessibilidade se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado. (MANZINI, 2005, p. 31-32)

À vista disso, podemos criar condições para que as pessoas com deficiência consigam ter pleno direito de ir e vir, dado que a questão da acessibilidade é um fator basilar para proporcionar uma adequada qualidade de vida. A Lei nº 10.098 menciona a acessibilidade como a:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Para promover a acessibilidade, é necessário eliminar todo tipo de barreiras, obstáculos, atitudes ou comportamentos que impeçam as pessoas de participarem ativamente do meio social, independente de possuir ou não necessidades especiais, pois futuramente na situação de idosos as boas condições de acessibilidade serão necessárias para usufruir dos espaços em sua totalidade.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresenta uma lista de barreiras, ou seja, de entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que limitam ou impeçam a participação social da pessoa com deficiência, a saber:

- a. **Barreiras urbanísticas:** as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b. **Barreiras arquitetônicas:** as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c. **Barreiras nos transportes:** as existentes nos sistemas e meios de transportes;

- d. **Barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e. **Barreiras atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f. **Barreiras tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. (BRASIL, 2015)

As barreiras impostas pela sociedade reservam às pessoas com deficiência uma série de impugnações, resultando em baixos índices econômicos, de saúde, emprego, educação, entre outros como por exemplo pode-se citar as barreiras referentes ao emprego: a inexistência de equipamentos, espaços acessíveis para possibilitar a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, uma vez que, a empresa não possui adequações necessárias para contratar uma pessoa com deficiência visual, pois seus computadores não são adaptados para esse tipo de usuário ou a não admissão de um funcionário cadeirante, em virtude da empresa não possuir portas ou banheiros acessíveis a esse candidato à vaga de emprego.

Segundo Sasaki (2009, p.2): “a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”. Para que as pessoas com deficiência possam usufruir dessa acessibilidade facilitadora, citada por Sasaki, é necessário colocar em prática o desenho universal.

O desenho universal foi criado com o objetivo de “definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para pessoas com deficiência” (CARLETTO; CAMBIAGHI, p.10, s/d). Assim, o desenho universal é parte de um projeto que visa:

criar os produtos que são acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características pessoais, idade ou habilidades. Os produtos universais acomodam uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários. A meta é que qualquer ambiente ou produto poderá ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do tamanho do corpo do indivíduo, sua postura ou sua mobilidade (CARLETTO; CAMBIAGHI, p.10, s/d)

É possível através de pequenas atitudes, criarmos ambientes acessíveis, através da eliminação de obstáculos como construção de portas mais largas, eliminação de degraus, uma vez que na maioria dos ambientes públicos há fluxo de idosos e crianças os quais necessitam de espaços livres de obstáculos, garantido total segurança e autonomia para deambulação.

O ambiente (arquitetônico) sem acessibilidade para as pessoas com deficiência favorece o impedimento de participação efetiva desta na sociedade, logo, não usufruindo de condições de igualdade com as demais pessoas. Portanto, cabe ressaltar que um ambiente

arquitetônico livre de barreiras é um grande facilitador para que a pessoa com deficiência tenha autonomia.

A Lei Federal de Acessibilidade (Lei 10.098/00) estabelece requisitos para que os edifícios públicos ou privados de uso coletivo em construção, ampliação ou reforma sejam acessíveis, seguindo algumas exigências como:

- Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.
- Pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata essa Lei; e
- Os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação (BRASIL, 2000).

É notória a necessidade da eliminação de todo tipo de barreiras sejam elas: comunicacional, metodológicas, instrumental, programática, atitudinal e arquitetônicas, uma vez que todo ato de exclusão restringe os direitos humanos.

2.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Para o estudo acerca do tema acessibilidade arquitetônica foi escolhida a UFSM. Sendo a primeira universidade federal a ser criada fora de uma capital, está sediada no bairro Camobi, Avenida Roraima, nº 1000 - Cidade Universitária Prof. José Mariano da Rocha, em Santa Maria – Rio Grande do Sul.

A UFSM totaliza 274 cursos, sendo a oferta organizada do seguinte modo: 235 no *Campus* de Camobi, 5 no *Campus* de Cachoeira do Sul, 3 no *Campus* Centro UFSM, 9 no *Campus* Frederico Westphalen, 9 no *Campus* de Palmeira das Missões. Também existe a oferta de 13 cursos na Modalidade Ensino a Distância (EAD) em diferentes Pólos. (UFSM, 2022)

Enquanto instituição de ensino a UFSM possui como incumbência o desejo de fornecer e disseminar conhecimento, preparando pessoas capacitadas a inovar e auxiliar para

o progresso da sociedade, por conseguinte, tornar uma instituição pública importante na criação e desenvolvimento do conhecimento, reunindo como valores princípios a democracia, liberdade, ética, justiça, respeito à identidade, diversidade compromisso social, inovação e responsabilidade. (UFSM, 2022)

A fim de garantir a efetivação dos meios de acesso, inclusão e permanência na UFSM foi criada a Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED). A CAED estrutura-se a partir do Observatório de Ações de Inclusão e de três subdivisões: Acessibilidade, Apoio à Aprendizagem e Ações Afirmativas Sociais, Étnico Raciais e Indígenas. Em especial, no que tange à acessibilidade, a CAED atua nas áreas de: atendimentos Educacional Especializado, Fonoaudiológico, com Terapeuta ocupacional, Adaptação de texto, Audiodescrição (AD) e Descrição de imagem; Tradução e Interpretação Língua Brasileira de Sinais; Gravação em Libras; Orientações à comunidade acadêmica, Produção de materiais, Palestras e Projetos. Atualmente a CAED atribui funções a Pró- Reitoria de Graduação (PROGRAD) denominando-se a partir de 2021 “Subdivisão de Acessibilidade”, conforme encontrado no sítio eletrônico da UFSM. A Subdivisão de Acessibilidade visa:

oferecer condições de acessibilidade e permanência aos estudantes e servidores da Universidade Federal de Santa Maria. Articulando ações com outros setores da Instituição para adotar as normas legais de acessibilidade, visando destituir barreiras de acessibilidade (UFSM, 2022).

A subdivisão de Acessibilidade, por meio das suas ações entre elas a de acolhimento, adaptações de materiais didáticos, atendimento especializado, possibilita a eliminação das barreiras, proporcionando para usuários da UFSM (visitantes, alunos e servidores) condições facilitadoras no que diz respeito à acessibilidade.

3. MÉTODO

Esse capítulo apresenta um conjunto de explicações sobre como foi realizada e conduzida a trajetória da pesquisa, para que o leitor tenha um bom entendimento do desenvolvimento da proposta.

Para realização desta investigação, foi utilizado o método bibliográfico, de modo exploratório. Segundo Gil (2008, p.50) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Pelo modo exploratório, Gil (2008, p. 27) diz que:

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Considerando que o modo exploratório proporciona uma visão geral acerca do fato a ser pesquisado, esse trabalho se propõe a responder a seguinte problemática: O que revelam os trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) realizados no período de 2010 a 2020 com relação à acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM?

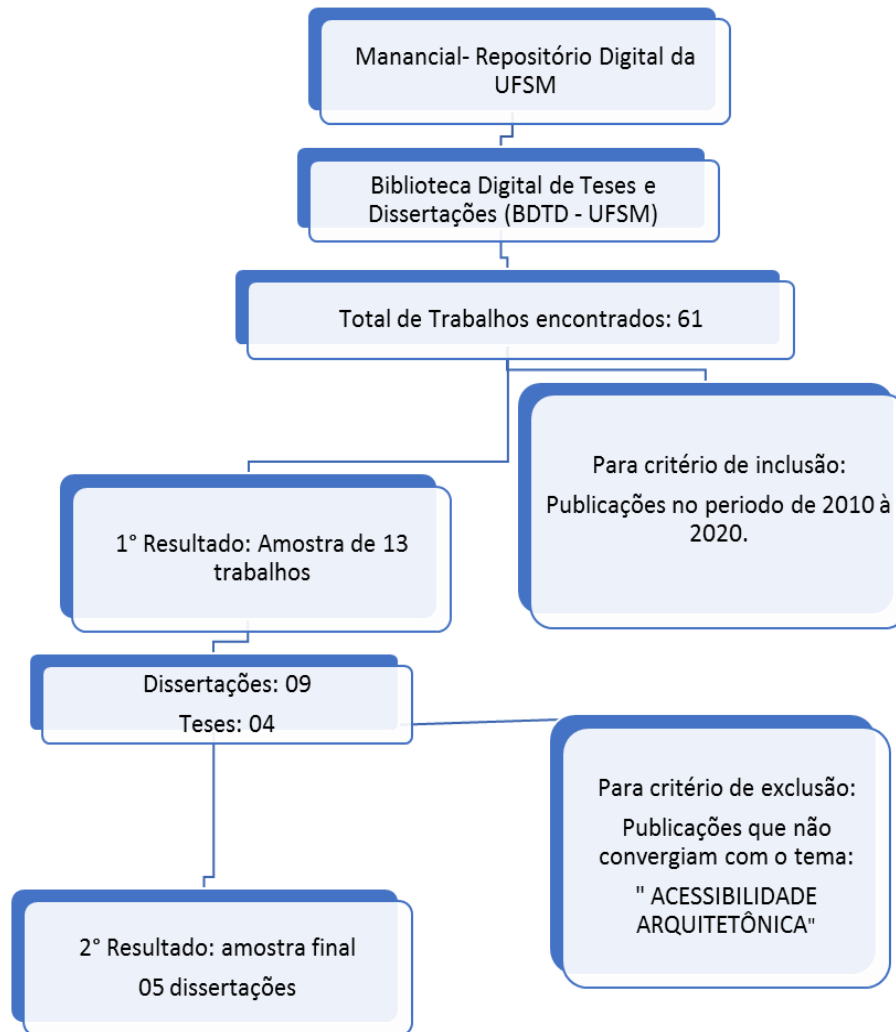
Como objetivo geral almejou-se conhecer o que revelam os trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) realizados no período de 2010 a 2020 com relação à acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM;

Como objetivos específicos a pesquisa teve os que seguem: realizar levantamento de trabalhos acadêmicos existentes (dissertações e teses) no acervo virtual da UFSM, que falam sobre acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM; selecionar as dissertações e teses convergentes com a temática da acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM e apontar o que cada dissertação e tese apresenta acerca da acessibilidade arquitetônica do *Campus* Sede da UFSM.

3.1 A COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, realizou-se como procedimento um levantamento bibliográfico virtual, tendo como fonte de busca o Banco de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital da Universidade Federal de Santa Maria (BDTD-UFSM). Para tanto, descreve-se a seguir as etapas da coleta de dados (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma de busca e seleção das Dissertações e Teses que integram a pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora.

Num primeiro momento, realizou-se a busca na biblioteca eletrônica Manancial-Repositório digital da UFSM no período de agosto de 2021 a junho 2022, devido ao início das buscas ter ocorrido no período da qualificação do projeto de pesquisa, trabalho que antecedeu à redação deste trabalho. Ao usar o descritor “Acessibilidade Arquitetônica na UFSM”, não foram encontrados resultados. Assim, optou-se então pela busca com o descritor “Acessibilidade Arquitetônica”, o que apontou 61 trabalhos, sendo que nenhum abordou no tema as palavras chaves pesquisadas (acessibilidade arquitetônica). O critério da escolha das palavras chaves foi em razão destas contemplarem a temática da pesquisa.

Com base nos resultados encontrados, procedeu-se à segunda etapa da coleta de dados, que foi a seleção dos trabalhos a serem analisados. Dos 61 (sessenta e um) resultados encontrados, considerou-se como critério de inclusão na análise as publicações de 2010 a

2020, o que resultou numa primeira amostra de 13 (treze) publicações sendo estas 9 dissertações e 4 teses (tabela 1).

Tabela 1 - Relação total dos trabalhos acadêmicos selecionados (1º Resultado)

Autor	Título	Ano
Scott Junior, Valmor	Políticas de acessibilidade as pessoas com deficiência na educação superior: desdobramento jurídico.	2012
Lavarda, Elaine Sperandei	O currículo e a inclusão na educação superior: ações de permanência nos cursos de graduação da UFSM	2014
Bortolazzo, Jéssica Colpo	Intervenção psicopedagógica na Educação superior: acessibilidade aos estudantes com deficiência.	2015
Dillenburg, Andreia Ines	Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação EAD/UAB/UFSM	2015
Shmengler, Angelica Regina	Classe hospitalar: acessibilidade na estrutura e organização para atendimento ao público alvo da educação especial	2016
Souza, Karina Silva Molan de	A aprendizagem docente e a inclusão de cotistas B em novos contextos na universidade.	2016
Pereira, Sandra Regina Costa	Políticas de inclusão e permanência na educação superior: entre o público e privado	2017
Sarturi, Fernanda	Linhas e nós no acesso aos serviços de saúde pelas pessoas com deficiência: um olhar para educação	2018
Fiorin, Bruna Pereira Alves	Restruturação da educação superior e ações direcionadas a permanência e diplomação do estudante com educação especial	2018
Torres, Natali Esteve	Trajetória de mulheres com deficiência na educação superior: barreiras e possibilidades	2018
Messersmidt, Danieli Wayss	Autonomia nos processos de aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior	2018
Wagner, Giseli Rodrigues	Inclusão e permanência de servidores com deficiência na UFSM: propostas de ações de acessibilidade	2019
Silva, Luciélem Chequim da	Processo de inclusão de servidores públicos com deficiência e sua repercussão na saúde ocupacional: um estudo sobre UFSM	2020

Fonte: Elaborada pela autora.

Destas 13 publicações, realizou-se uma leitura mais detalhada utilizando como critério de exclusão as ênfases/enfoques que não convergiam com a temática da acessibilidade arquitetônica (tabela 2), o que reduziu a amostra para trabalhos acadêmicos (5 dissertações). Doravante, serão estes o foco central da pesquisa (tabela 3).

Tabela 2 - Teses e Dissertações que não atenderam aos critérios de inclusão na pesquisa.

Autor	Título	Ano
Lavarda, Elaine Sperandei	O currículo e a inclusão na educação superior: ações de permanência nos cursos de graduação da UFSM	2014
Botolazzo, Jéssica Colpo	Intervenção psicopedagógica na Educação superior: acessibilidade aos estudantes com deficiência	2015
Souza, Karina Silva Molan de	A aprendizagem docente e a inclusão de cotistas B em novos contextos na universidade	2016
Pereira, Sandra Regina Costa	Políticas de inclusão e permanência na educação superior: entre o público e privado	2017
Sarturi, Fernanda	Linhas e nós no acesso aos serviços de saúde pelas pessoas com deficiência, um olhar para educação	2018
Fiorin, Bruna Pereira Alves	Reestruturação da educação superior e ações direcionadas a permanência e diplomação do estudante com educação especial	2018
Torres, Natali Esteve	Trajectoria de mulheres com deficiência na educação superior: barreiras e possibilidades	2018
Silva, Luciélem Chequim da	Processo de inclusão de servidores públicos com deficiência e sua repercussão na saúde ocupacional um estudo sobre UFSM	2020

Fonte: Elaborada pela autora.

Para a organização do material de análise da pesquisa, na terceira etapa, a pesquisadora optou pela criação de um código para identificação dos títulos referentes aos trabalhos acadêmicos a serem analisados posteriormente, em que restaram somente dissertações. Será usado o código “D” seguido de um número, exemplo: Políticas de acessibilidade às pessoas com deficiência na educação superior: desdobramento jurídico - será identificado pelo código D1 e assim com as demais como apresenta a tabela a seguir:

Tabela 3 - Identificação das Dissertações que atenderam ao critério de inclusão na pesquisa

Código	Título	Autor	Objetivo
D1	Políticas de acessibilidade às pessoas com deficiência na educação superior: desdobramento jurídico	Scott Junior, Valmor	Compreender o que está sendo produzido sobre acessibilidade às pessoas com deficiência na educação superior, a partir da articulação entre o Ministério Público Federal (MPF) para UFSM e as respostas proferidas a este pela instituição.
D2	Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação EAD/UAB/UFSM	Dillenburg, Andreia Inês	Compreender os pontos de vista da gestão sobre a inclusão dos acadêmicos que ingressam na cota B em cursos à distância e presenciais da UFSM no período de 2008 a 2014.
D3	Classe hospitalar: acessibilidade na estrutura e organização para atendimento ao público alvo da educação especial	Shmengler, Angelica Regina	Verificar como uma rede hospitalar de um hospital público de Santa Maria se estrutura e se organiza para o atendimento educacional de alunos-pacientes público alvo da educação especial, contribuindo para com a acessibilidade em ambiente hospitalar.
D4	Autonomia nos processos de aprendizagem de estudantes	Messersmidt, Danieli Wayss	Caracterizar as práticas pedagógicas que favorecem a autonomia do estudante em seu

	com deficiência na educação superior		processo de aprendizagem, afim de romper as barreiras de ensino.
D5	Inclusão e permanência de servidores com deficiência na UFSM: propostas de ações de acessibilidade	Wagner, Giseli Rodrigues	Propor sugestões de ações de acessibilidade para ampliar a inclusão e permanência dos servidores com deficiência da UFSM.

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da identificação dos trabalhos acadêmicos (dissertações) acima mencionados, o próximo passo foi analisar os dados para responder ao problema dessa pesquisa: O que revelam os trabalhos acadêmicos realizados no período de 2010 a 2020 com relação à acessibilidade arquitetônica no *Campus* Sede da UFSM?

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Após a identificação das 5 dissertações, o presente capítulo tem como intenção revelar o conteúdo de cada uma das dissertações, com vistas a responder o problema que orienta a pesquisa.

4.1 DISSERTAÇÃO D1

A pesquisa D1 analisou cinco documentos oficiais arquivados no Núcleo de Acessibilidade da UFSM, com o objetivo de compreender o que havia sido produzido e enviado pelo Ministério Público Federal (MPF) para a UFSM e a resposta da instituição ao ministério, em relação à acessibilidade as pessoas com deficiência na educação superior, no período de 2007 a 2010.

Segundo D1, O MPF envia para instituição Educacional UFSM, basicamente ofícios referentes, adaptação de prédios e construções de obras arquitetônicas que sejam acessíveis, tendo como cumprimento as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que tem como objetivo:

Esta Norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade (ABNT, 2004, p.01).

O MPF respalda as solicitações em leis com finalidade de fiscalizar a instituição Educacional UFSM. Em resposta ao ministério, a UFSM envia resultados oficiais, não somente referentes à acessibilidade arquitetônica, além disso, a instituição trata a acessibilidade num sentido mais inclusivo, investindo as verbas financeiras recebidas em outras dimensões de acessibilidade, trabalhando as especificidades de cada estudante com deficiência ou mobilidade reduzida, já que, trabalha/entende a necessidade da eliminação de todas as barreiras que impedem a acessibilidade na instituição.

Segundo a Constituição Federal, com inteligência do art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Dado que, a educação e o direito fazem parte do contexto social, as duas tem probabilidade de executar diálogos e ações que facilitem a eliminação das barreiras impostas pela sociedade em relação à inclusão.

4.2 DISSERTAÇÃO D2

A pesquisa D2 objetivou compreender os olhares e percepções da gestão da instituição de ensino UFSM no que refere à inclusão dos acadêmicos com deficiência que ingressaram no período de 2008 a 2014, em cursos ensino a distância EAD e presenciais, pelas ações afirmativas Cota B (vagas destinadas a pessoas com deficiência). A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas com oito coordenadores de curso e cinco coordenadores de setores. Durante a coleta foi mapeado o número de estudantes com deficiência que ingressaram; o tempo médio de formação desses estudantes; como a instituição de ensino compreende as dificuldades dos estudantes com deficiência; se a instituição de ensino disponibiliza as mesmas condições para permanência dos estudantes com deficiência nos cursos EAD.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão que trata importantes informações no que tange a inclusão de pessoas com deficiência, no seu Capítulo IV, cita a acessibilidade à educação (BRASIL, 2015), onde no seu art. 27 regulamenta que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Uma vez que a lei mencionada acima assegura o direito à educação de qualidade, cabe às instituições quando necessário utilizar-se de um atendimento educacional especializado, oferecendo ao estudante ações que possibilitem sua permanência na instituição de ensino.

A pesquisa D2 apresentou, segundo entrevista realizada com os servidores responsáveis em relação à acessibilidade arquitetônica, por haver prédios antigos no *campus* da instituição UFSM eram necessárias adequações, como rampas, sinalização adequada para usuários cegos e em relação ao curso EAD melhorias na acessibilidade instrumental, mais especificamente no setor tecnológico.

4.3 DISSERTAÇÃO D3

A pesquisa D3 teve como objetivo verificar como é a estrutura e organização de um hospital público de Santa Maria para o atendimento educacional do público-alvo da educação especial em ambiente hospitalar.

Assim, para alcançar esse objetivo, a pesquisa foi realizada com pacientes que tinham contato com ensino-aprendizagem no período de 2014 a 2015, sendo dois estudantes: um com baixa visão e outro com altas habilidades/superdotação. A pesquisa D3 foi desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas com a coordenadora pedagógica, bolsistas do setor educacional e as mães dos alunos em tratamento hospitalar.

No ano de 2002 o Ministério da Educação desenvolveu o documento “Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações”, desenvolvendo adaptações flexíveis para a criança que esteja hospitalizada ou em atendimento de saúde domiciliar, não podendo frequentar a escola no período de tratamento de saúde podendo continuar em processo de aprendizagem.

Na impossibilidade de frequência à escola, durante o período sob tratamento de saúde ou de assistência psicossocial, as pessoas necessitam de formas alternativas de organização e oferta de ensino de modo a cumprir com os direitos à educação e à saúde, tal como definidos na Lei e demandados pelo direito à vida em sociedade (BRASIL, 2002).

Segundo D3, esse estudo teve como foco, fazer apontamentos no que tange a escolaridade em ambiente hospitalar, indicando aspectos positivos e apontando aspectos que necessitam de melhorias. Para o pesquisador o atendimento foi realizado com sucesso, em virtude de, não demandar de maiores recursos e adaptações para os dois alunos pesquisados, em contrapartida, acerca da acessibilidade arquitetônica foram citados como exemplo para que ela seja executada: construção de rampas de acesso à sala do setor educacional, piso tátil para pessoas cegas, banheiros mais acessíveis. Quanto a acessibilidade de comunicação, averiguou necessidade de tradutores e interpretes em Libras e recursos como instrumentais trouxe a necessidade de impressora em Braile, reglete e punção.

A falta de acessibilidade em alguns aspectos como arquitetônico, instrumentais e de comunicação não prejudica meramente o aluno, também os profissionais, interferindo nas condições de dinâmica de trabalho, logo, não contemplam o que traz o documento Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações (BRASIL, 2002, p. 20):

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Assim, o ambiente hospitalar também precisa ser pensado para inclusão dos alunos-paciente, uma vez que, o aluno quando hospitalizado dependendo das suas condições de saúde tem direito de solicitar continuidade de suas atividades escolares.

4.4 DISSERTAÇÃO D4

A pesquisa D4 objetivou caracterizar as práticas pedagógicas que proporcionam autonomia no aprendizado dos alunos com alguma deficiência, que cursam o ensino superior. A partir disso, foram discutidos parâmetros para criação de orientações que atendessem as necessidades desse público alvo e da comunidade acadêmica em sua totalidade. Para obter os dados necessários para pesquisa, foram entrevistados quatro estudantes com necessidades especiais. As narrativas dos alunos nortearam a análise da dimensão da acessibilidade, na qual foram ressaltadas: acessibilidade arquitetônica, metodológica e atitudinal. A acessibilidade arquitetônica destacou-se nas narrativas de três estudantes, devido a sua importância para o acesso e efetivação da aprendizagem no ambiente acadêmico, por meio de banheiro adaptado, rampa de acesso ao prédio, elevador, mesas e cadeiras adequadas, portas largas etc.

Quanto à menção da acessibilidade atitudinal não houve sinais de preconceitos, discriminação quanto à deficiência apresentada.

Uma vez que, a acessibilidade metodológica define-se como uma estratégia elaborada pelos professores, compreende que é feita em sala de aula e necessita contemplar as especificidades de cada aluno. Os alunos entrevistados destacaram as estratégias visuais e auditivas, favorecendo a capacidade de autonomia sobre suas potencialidades para aprender.

É notório que o processo de inclusão é lento, necessitando de políticas inovadoras que amparem um melhor acolhimento e atendimento educacional para os estudantes com deficiência, da educação superior. Para Freitas:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meio de transporte), nos procedimentos técnicos e principalmente no modo de interagir com as deficiências de todas as pessoas (FREITAS, 2020, p. 44)

A pesquisa D4 revelou a importância do envolvimento dos professores no processo de aprendizagem; políticas pedagógicas que flexibilizem os currículos, levando em consideração as dimensões de acessibilidade; necessidade de estruturas organizacionais dando acesso e potencializando a autonomia do estudante com deficiência; formação continua do professor para a construção de melhores estratégias para aprendizado e ações de inclusão como

colaboração dos colegas para manter o aluno com deficiência ativo no ambiente acadêmico e assim afirmando seus potenciais.

4.5 DISSERTAÇÃO D5

A pesquisa D5 objetivou propor sugestões referentes a ações de acessibilidade para melhorar a inclusão e permanência dos servidores com deficiência na UFSM, uma vez que as instituições precisam estar preparadas para receber estes colaboradores de maneira inclusiva, dado na Lei nº 8.112/90, no art. 5º, §2º:

Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso (BRASIL, 1990)

Na Dissertação D5 foram entrevistados 26 servidores com deficiência, 14 chefias imediatas destes servidores, 1 representante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) órgão responsável pelo primeiro contato com os servidores (deficientes ou não) ingressantes na instituição UFSM e 1 do Núcleo de Acessibilidade, como promotor de ações para assistência dos servidores e alunos com deficiência na Instituição.

Segundo os servidores com deficiência, em sua maioria no que concerne as necessidades para total acesso das atividades laborais foram necessárias adaptações arquitetônicas, instrumentais, comunicacionais, metodológicas e atitudinais quando ingressaram na instituição. As barreiras arquitetônicas mencionadas tanto pelos servidores como por suas chefias, citam prédios sem elevadores, sem rampas de acesso ou rampas inapropriadas, banheiros inacessíveis. Nas barreiras atitudinais foram citadas falta de sinais nos estacionamentos, comentários depreciativos, falta de diálogo entre a chefia e os servidores, considerando-se falta de preparo para lidar com a temática da deficiência realizando ações de sensibilização toda comunidade da instituição, assim, eliminando estereótipos e preconceitos.

No que refere acessibilidade comunicacional, foram citadas necessidade de maior número de interpretes da língua brasileira de sinais, facilitando a comunicação com os surdos. Para a PROGEP e o Núcleo de Acessibilidade é sugerido a criação de um canal de comunicação vinculando esses setores com servidores com deficiência para maior comunicação entre os envolvidos.

Para acessibilidade metodológica sugere ter interprete de libras sempre que necessário nas palestras e cursos destinados aos servidores; disponibilizar materiais adaptados como áudio descrição, braile etc.; qualificar profissionais para agir na área da acessibilidade e inclusão e por último e não menos importante, a acessibilidade programática, onde os entrevistados ressaltam a ampliação do acesso à informação relativa ao direito das pessoas com deficiência; respeitar as normas da NBR9050 para efetuar adequações necessárias nas edificações já existentes e novas construções.

4.6 SÍNTESE DA ANÁLISE

Tendo finalizado a análise das pesquisas D1, D2, D3, D4 e D5 referentes à acessibilidade arquitetônica no *Campus* da UFSM, pode-se constatar que, embora todas as pesquisas tenham apresentado como tema a acessibilidade arquitetônica, nenhuma delas cita a acessibilidade arquitetônica como foco de seu estudo, dado que:

A pesquisa D1 trabalhou aspectos jurídico/administrativos diante do caráter investigativo promovido pelo MPF junto a UFSM, fazendo com que está averiguasse melhores condições de acessibilidade da instituição.

A pesquisa D2 trabalhou aspectos com gestão de pessoas, identificando o público alvo e abordando necessidades para permanência dos estudantes na instituição.

A pesquisa D3 tratou a escolaridade em ambiente hospitalar, enfocando as necessidades arquitetônicas e de comunicação, a análise da pesquisa D3, assim como a pesquisa D2 convergem para o aspecto de melhorias em diversas frentes de acessibilidade.

A pesquisa D4 apontou através do acompanhamento de quatro acadêmicos com deficiência, a ampla necessidade de estruturas organizacionais, passando pelo envolvimento e formação dos professores, bem como de políticas e ações de inclusão. Neste contexto Santiago, (2014, p.89) salientam:

Uma proposta de educação inclusiva implica um processo, antes de tudo, de conscientização política de que todos devem ser agentes do ato educativo, independente de religião, etnia, gênero, sexualidade, etc. Incluir é, portanto, colocar valores em ação pedagógica para que se otimize a participação de todos na aprendizagem.

Nesse sentido, entende-se que o processo de aprendizagem para ser inclusivo precisa ser de qualidade não envolvendo somente o professor, mas alunos, comunidade e sociedade.

O espaço de aprendizagem necessita oferecer autonomia ao estudando possibilitando desenvolver suas potencialidades.

A pesquisa D5 ofertou contribuições para os cinco aspectos de acessibilidade: arquitetônica, instrumental, comunicacional, metodológica e atitudinal, diante do cotidiano vivenciado por servidores com deficiência, do *Campus* Sede da UFSM, tal trabalho se assemelha a pesquisa D2, compreendendo as dificuldades e ofertando contribuições para estudantes com deficiência, permanecerem na instituição, quando referido a acessibilidade arquitetônica citando também a necessidade de instalação de elevadores, rampas acessíveis, banheiros adaptados, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o tema acessibilidade arquitetônica é relevante, visto que proporciona a utilização com segurança e autonomia nos edifícios públicos e privados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A pesquisa foi desenvolvida após a coleta e análise de dados de 5 trabalhos acadêmicos possibilitando responder à pergunta: o que revelam os trabalhos acadêmicos realizados no período de 2010 a 2020 com relação a acessibilidade arquitetônica no *Campus Sede* da UFSM?

No que concerne à acessibilidade arquitetônica, nenhuma das pesquisas analisadas tratou como único assunto a acessibilidade arquitetônica. Os cinco (5) trabalhos apresentaram a necessidade de melhorias no que tange acessibilidade arquitetônica no *Campus Sede* da UFSM.

Quanto à acessibilidade arquitetônica a pesquisa D1 afirma que a instituição UFSM responde para o MPF os investimentos aplicados não somente no trato referente à acessibilidade arquitetônica como cobra o MPF. A pesquisa D2 apontou necessidades de adaptações devido a instituição UFSM apresentar alguns prédios com arquitetura antiga no *Campus Sede*, os quais ainda não tinham recebido melhorias referentes acessibilidade para possibilitar melhor desenvolvimento e permanência para os estudantes. A D5 contribuiu apontando para o mesmo viés, ou seja, a necessidade de melhorias referentes a instalação de elevadores, rampas acessíveis, banheiros adaptados para o desenvolvimento e permanência laboral dos servidores da UFSM no campus sede. A pesquisa D3 trouxe a necessidade de melhorias em relação a acessibilidade arquitetônica, num espaço físico mais específico, mencionando adaptação de rampas e banheiros numa sala onde o estudante tem atendimento educacional hospitalar, situada no Hospital Universitário, no *Campus Sede* da UFSM. A pesquisa D4 mencionou as mesmas necessidades arquitetônicas que a D3, porém objetivando a autonomia do estudante.

Realizado o discurso, bem como a criação de legislação em relação a inclusão, é notório concluir por meio dessa pesquisa que a UFSM está no caminho para se tornar uma instituição de ensino acessível, porém há necessidade de maior agilidade e rapidez para a contemplação de todas as formas de acessibilidade.

Para finalizar pode-se dizer que foi possível conhecer o que revelavam os trabalhos acadêmicos realizados no período de 2010 a 2020 com relação a acessibilidade arquitetônica no *Campus Sede* da UFSM e, com base nesse conhecimento sugere-se, que as futuras

pesquisas apontem com maior detalhamento o quanto o *Campus* Sede da UFSM já se tornou acessível, divulgando resultados mais atualizados e se utilizando também de um mapeamento dos prédios contemplados com 100% da acessibilidade concluída.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, p. 1. 2004.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil /1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 16 de set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>

BRASIL, **Lei nº 8112 de 11 de dezembro de 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112

BRASIL, **Lei nº 1048 de 08 de novembro de 2000**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm

BRASIL. **Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm

BRASIL. **Decreto nº13.148 de 06 de julho de 2015**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico domiciliar**: estratégias e orientações. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC; SEESP, 2002

CARLETTO, Ana Claudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal**: um conceito para todos. [s.n]. [S.l]. [2010].

CHAUÍ, M.A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED**, Poços de Caldas, 5 de outubro de 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREITAS, Juliana V. **O Acesso, a Acessibilidade e a Permanência de Pessoas Com Deficiência no Ensino Superior**. Curitiba: CRV, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 2008.

MADRUGA, S. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**. 4ª Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MANZINI, J. E. **Conferencista Inclusão e Acessibilidade**. Revista da Sobama. Dez 2005, Vol. 10, n.1, Suplemento, p. 31-36 UNESP Marília - SP

OMS . Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>.

SANTIAGO, Eliane Cristina. Escola: Práticas e Possibilidades para uma Educação Inclusiva. *In*: Siluk, Ana Cláudia Pavão. **Atendimento Educacional Especializado: Processos de Aprendizagem na Universidade**. 1 ed. Santa Maria: Laboratório de Pesquisa e Documentação -CE, Universidade Federal de Santa Maria, 2014. p. 86-89

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (**Reação**), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009. p.10-16.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.**UFSM em Números**. Santa Maria, RS: 2022. Disponível em:< <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>> Acesso em: 17 ago. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM Institucional**. Santa Maria RS: 2002. Disponível em: < <https://www.ufsm.br/institucional/publico/index.html>> Acesso em: 18 ago. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.**UFSM-CAED-sobre**. Santa Maria RS: 2022. Disponível em:<<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/caed//sobre>> Acesso em:19 ago.2022